

DIREITO NA COMUNIDADE: NÚCLEO DE DIREITO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: CAMPO E CIDADE - NUDIPP

FELIPE SCHMALS SILVEIRA¹; **MARCELA SIMÕES SILVA²**

¹*Universidade Católica de Pelotas – felipe.silveira@sou.ucpel.edu.br*

²*Universidade Católica de Pelotas – marcela.silva@ucpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

Vinculado ao Curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), o Núcleo de Direito e Participação Popular: Campo e Cidade (NuDiPP) tem por finalidade estimular a participação popular e fortalecer organizações comunitárias por meio da criação e regularização de associações de bairro, associações rurais e cooperativas de produtores. Ao atuar simultaneamente em territórios urbanos e rurais de Pelotas e região, com atendimentos periódicos no Serviço de Assistência Judiciária Gratuita (SAJ), o projeto busca contribuir para a emancipação dos territórios, ampliando a capacidade de autogestão e de incidência social de seus coletivos.

Para alcançar esse propósito, o NuDiPP oferece assessoria jurídica e técnica na elaboração de estatutos, projetos e cadastros, ao mesmo tempo em que apoia a construção de espaços democráticos e colaborativos no interior das próprias comunidades. Além disso, incentiva a permanência dos grupos em seus locais de origem e acompanha a participação de moradores e lideranças em audiências públicas, qualificando suas intervenções no debate de políticas públicas e fortalecendo rotinas de governança e controle social.

O objetivo principal consiste em disponibilizar assessoria jurídica e fomentar o surgimento e o fortalecimento de grupos associativos e cooperativas em comunidades hipossuficientes, ampliando a participação popular e o protagonismo na defesa de direitos difusos e coletivos. Assim, o projeto articula conhecimento técnico, formação e organização social para consolidar arranjos comunitários duradouros, capazes de incidir na agenda pública e promover desenvolvimento local com justiça social.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, desenvolvida no âmbito do projeto de extensão NuDiPP, decorrente da natureza intervintiva da iniciativa e da observação participante realizada pela equipe, orientando a construção de capacidades organizativas e jurídicas voltadas à participação popular e ao acesso à justiça. Além da dimensão intervintiva, o estudo incorpora um componente analítico composto por análise de conteúdo e revisão sistemática da literatura sobre práticas e instituições jurídicas, de modo a ancorar empiricamente a reflexão e a avaliação do projeto.

O público-alvo comprehende associações de bairro, associações rurais e cooperativas de produtores de Pelotas e região, bem como grupos em processo de formalização. Tomam parte docentes, discentes e moradores/lideranças comunitárias, reconhecidos como sujeitos ativos do processo formativo, além de gestores públicos vinculados às políticas setoriais com as quais se estabelecem interlocuções de cooperação.

Inicialmente, realiza-se o mapeamento de comunidades com demandas prioritárias, com levantamento territorial e contatos preliminares. Em seguida, ocorre a mobilização e pactuação por meio de reuniões abertas, nas quais se apresentam objetivos, metas e papéis dos envolvidos. Posteriormente, desenvolvem-se ações de formação e capacitação, acompanhadas de assessoria jurídica e técnica para regularização ou aperfeiçoamento de associações e cooperativas e para a implantação de controles internos. Por fim, promove-se a incidência pública e a articulação em redes, apoiando a elaboração de agendas comunitárias e proposições a políticas públicas locais, com interlocução junto a órgãos públicos e conselhos setoriais para facilitar protocolos e ofícios.

A coleta de dados articula observação participante, registrada em diários de campo; entrevistas semiestruturadas com lideranças, participantes e gestores; análise documental dos instrumentos produzidos no processo (estatutos, contratos sociais, atas, ofícios e registros); e formulários curtos pré e pós-oficinas para aferir variações em conhecimento jurídico e autoeficácia participativa. Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa assegura consentimento livre e esclarecido, possibilidade de anonimato, proteção de dados pessoais e devolutivas comunitárias.

3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

O NuDiPP, projeto de extensão vinculado ao Curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), auxiliou a formalização e o fortalecimento de organizações comunitárias com base nos artigos 44, 45 e 46 do Código Civil, que definem a associação como pessoa jurídica de direito privado e condicionam sua existência ao registro do ato constitutivo. Para democratizar a informação jurídica e reduzir barreiras de acesso, o núcleo lançou cartilhas de associações em linguagem simples, organizadas em etapas práticas (entendimento do que é uma associação, definição de objetivos, elaboração de estatuto, assembleia de constituição, registros e rotinas de funcionamento). Esse material didático serviu simultaneamente como ferramenta formativa e roteiro de procedimentos.

No último semestre, o acompanhamento técnico-jurídico resultou no registro de três associações culturais e educacionais: Associação Cultural e Educacional Coletivo Sofá na Rua; Associação Cultural e Educacional de Mulheres Empreendedoras Negras e Indígenas (FEMENI); e Associação Educacional Sul-Sur Fair Trade Cooperativa Jr. A formalização desses coletivos ampliou sua capacidade de defesa de direitos sociais e interesses coletivos, com ênfase no direito à moradia e no direito à cidade no município de Pelotas, além de favorecer o acesso a editais, parcerias e instâncias de controle social.

Na comunidade, observaram-se maior segurança jurídica para atuação associativa; criação de rotinas mínimas de governança (atas, prestação de contas, políticas de conflito de interesses); e qualificação da incidência pública, com participação mais informada em audiências e conselhos. Na universidade, destacaram-se a formação prática de discentes em elaboração de estatutos, atas e cadastros; a integração entre ensino, pesquisa e extensão por meio de casos reais; e o desenvolvimento de competências sociojurídicas (escuta qualificada, mediação de interesses, linguagem acessível e responsabilidade social).

4. CONSIDERAÇÕES

O NuDiPP difundiu conhecimento jurídico aplicado e estruturou caminhos de formalização que fortaleceram a autonomia de organizações locais. Ao articular assessoria técnica, material pedagógico e acompanhamento de registros, o projeto consolidou arranjos comunitários mais duradouros, ampliando a participação popular e a capacidade de incidir na agenda pública com justiça social.

Dos achados relatados, a democratização do conhecimento jurídico por meio de cartilhas em linguagem acessível, que funcionaram como guia de procedimentos e suporte formativo. A formalização de coletivos que elevou a segurança jurídica, ampliou o acesso a editais e viabilizou assentos em conselhos e audiências públicas. E a consolidação de rotinas de governança como atas, prestação de contas e políticas de conflito de interesses que reforçou a autonomia organizativa e a qualidade da incidência pública.

Na universidade, os efeitos formativos também foram expressivos, os discentes atuaram em casos reais e desenvolveram competências sociojurídicas como escuta, mediação de interesses e linguagem clara, enquanto docentes alinharam conteúdos curriculares a problemas concretos dos territórios, reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Contudo, reconhecem-se, as limitações e desafios nas burocracias de registro e heterogeneidade documental entre cartórios; restrições de tempo e recursos para acompanhamento pós-formalização; rotatividade de lideranças e assimetrias de acesso à informação; além da necessidade de consolidar controles internos sem sobrecarregar estruturas incipientes.

Essas fragilidades foram mitigadas por materiais padronizados, oficinas itinerantes, pactos de responsabilidades e monitoramento simples de indicadores. Com base nessas experiências, recomenda-se institucionalizar clínicas jurídicas periódicas no SAJ para atendimento continuado; firmar acordos de cooperação com órgãos de registro e conselhos setoriais para reduzir gargalos; manter um protocolo de governança essencial com minutas de estatuto/ata, fluxos de prestação de contas e modelos de políticas internas; acompanhados por indicadores sintéticos nas formalizações, participação em audiências, proposições protocoladas; e ampliar a formação de multiplicadores comunitários, garantindo sustentabilidade.

Em síntese, o NuDiPP estruturou vias de formalização e incidência que fortaleceram organizações locais e qualificaram a formação jurídica. A experiência demonstrou que assessoria técnica, material pedagógico e acompanhamento conseguem converter direitos previstos em práticas institucionais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

MENON, Laura; SILVA, Marcela Simões. Apoio jurídico às associações culturais e educacionais no município de pelotas - Um Relato de Experiência dos Extensionistas NuDiPP. **Revista Extentio**, Número 5, 2025, ISSN 2764-5657. Pelotas, Rio Grande do Sul.

Pequeno Manual para Associações. Núcleo de Direito e Participação Popular: Campo e Cidade – NUDIPP. Universidade Católica de Pelotas. Disponível em: <https://ucpel.edu.br/laravel/public/storage/mqjOrWtvpuufOXZGPrtxwjCH8ezdcSX1pKBAN5Mn>.

SALDANHA, Felipe Machado; MENON, Laura; Silva, Marcela Simões. NUDIPP E ONG VALE A VIDA: Assistência jurídica para portadores do HIV. **Revista Extentio**, Número 5, 2025, ISSN 2764-5657. Pelotas, Rio Grande do Sul.